



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Alerta povo português! ALERTA AMIGOS DE TODO O MUNDO!

O FASCISMO SALAZARISTA VAI ESTABELECEER PARA OS PRESOS POLÍTICOS

A prisão indeterminada

Antunes Varela, o ministro da cínica justiça do governo de Salazar anunciou na Anadia a «substituição das medidas de segurança», que a lei vigente manda aplicar a certos delinquentes perigosos, pela «prisão indeterminada». O que quer isto dizer? Que o fascismo procura substituir as desacreditadas e combatidas «medidas de segurança» aplicadas aos presos políticos, por outras medidas que conduzam na mesma à prisão perpétua. A «prisão indeterminada» colocaria os presos políticos totalmente à mercê dos esbirros da PIDE!

O «Avante!» lança a todos os portugueses, a todas as famílias dos presos, a todos os advogados e juristas, a toda a gente de bom coração um apelo: É PRECISO AGIR E DESDE JÁ CONTRA OS INTENTOS DO GOVERNO! Há 30 anos Salazar mandava abrir o campo de concentração do Terrafal e lá ficaram para sempre dezenas de combatentes da Democracia. Agora Salazar manda enfiar vivos nas suas prisões políticas os melhores filhos e filhas do nosso povo! Agir, protestar, condenar desde já, mobilizar massas contra a «prisão indeterminada» e as «medidas de segurança» é dever de todos os homens sérios, de todos os democratas.

O «Avante!» lança a todos os amigos do povo português em todas as nações e continentes, a todos os proletários do mundo, aos juristas do mundo inteiro um apelo: erguei-vos contra os novos crimes que Salazar prepara, contra os novos atentados à justiça e às liberdades essenciais do cidadão. A vossa ajuda é preciosa. A vossa denúncia das «medidas de segurança» leva o fascismo a apagar essa expressão condenada internacionalmente, mas a substituí-la por medidas iguais ou piores. Juntos com o povo português, na sua luta contra a «prisão indeterminada», podereis levar o fascismo a não instituir a prisão perpétua e a acabar com as «medidas de segurança» com ou sem esse nome.

Os presos políticos de Peniche, Caxias, Terrafal, e de outras prisões, contam com todos nós, contam na acção do povo português e dos seus amigos de todo o mundo. Sejam dignos dessa confiança!

O AGRAVAMENTO DO CUSTO DE VIDA exige o reforço da luta por aumento de salários

Tarefa fundamental O ESTABELECIMENTO de uma ampla unidade

Os conceitos do anti-comunismo não são válidos para a realização da unidade anti-fascista, como o não são os conceitos sectários que fazem tábua rasa da existência das várias correntes democráticas para a concretização da unidade.

Pode arredar-se da Unidade o PARTIDO COMUNISTA ou colocá-lo a reboque das outras forças democráticas?

Pode ignorar-se a existência da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, que desempenha um importante papel na organização das forças democráticas e no combate contra a ditadura fascista?

A Unidade é um instrumento de acção válido e eficiente, se se baseia na realidade política nacional, se tem em conta a existência das várias correntes democráticas, se fundamenta a sua acção numa plataforma comum, livremente aceite e discutida, se se alicerça numa cooperação leal e sincera, em que nenhuma das forças coligadas tenha a pretensão de exercer a hegemonia ou de ditar a sua orientação política às outras forças.

A divisão das forças anti-fascistas, os erros fácticos, o oportunismo, o sectarismo, os conceitos legalistas e putschistas, têm sido factores perniciosos da luta contra o fascismo, que atrasaram a luta popular e democrática, numa fase em que as condições objectivas são particularmente favoráveis.

Não se pode insistir na prática de conceitos e de formas de luta, no imobilismo político, e em outros erros que a experiência acumulada demonstrou, ao longo dos anos, serem, não apenas prejudiciais, mas nefastos ao combate contra o fascismo.

Temos um inimigo comum a destruir: a ditadura fascista. Temos um objectivo comum a alcançar: a Democracia. São companheiros de luta comunistas, socialistas, liberais, católicos progressistas, monárquicos, patriotas sem filiação partidária. A Unidade potencial tem de transformar-se em unidade real. Necessitamos para tanto de um diálogo sincero, do estabelecimento de contactos proveitosos, da elaboração de uma plataforma comum.

As propostas do VI CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, para

(continua na pág. 2)

Os salazaristas são partidários do «ciclo infernal». Os salários não podem ser aumentados... porque provocam o aumento do custo de vida. Mas é isto que se passa na realidade?

A 2 de Julho, o ministro das finanças tornou público um novo decreto que cria o imposto sobre o valor das transacções, aplicado sobre produtos de amplo consumo importados ou produzidos no mercado nacional. Com o novo imposto pretende o governo fazer face às despesas crescentes com a guerra colonial e à redução dos direitos alfandegários provocada pela participação de Portugal na Zona Livre Troca.

O novo imposto vai de 7 a 20 por cento.

Perguntamos: quem fomenta a elevação do custo de vida? Os trabalhadores ou o Estado fascista e os monopólios que por detrás dele tecem a teia dos seus escandalosos lucros?

São os trabalhadores que têm de lutar para reduzir a proporção entre o aumento do custo de vida e os baixos salários que usufruem. São os trabalhadores que terão de lutar contra o novo imposto, pois é sobre eles que vão cair os seus maiores efeitos: Contra o imposto levantam-se também os comerciantes de vários ramos, descontentes com as novas medidas salazaristas.

Os trabalhadores verificam que, quando conquistam aumento, pela persistência da sua luta, os preços, regra geral, dão um novo salto.

(continua na pág. 3)

DUAS NOVAS VITÓRIAS dos operários do Arsenal do Alfeite e dos trabalhadores da Carris do Porto

A luta organizada e massiva dos operários do Arsenal da Marinha conduziu-os a uma vitória. Os salários foram recentemente aumentados numa média geral de 7,500. A justiça da reivindicação uniu os trabalhadores. Em pouco tempo, cerca de 1.500 assinaturas foram conseguidas em todas as secções e o pedido de aumento apresentado à Administração, que o satisfaz sem demora em face da luta unida dos operários.

Por sua vez, a luta dos trabalhadores da Carris do Porto, que teve lugar há algum tempo e a que o «AVANTE!» se referiu, as concen-

trações e manifestações diante dos serviços da Previdência e na área da Boavista, abriram o caminho à vitória que acaba de registar-se. O ministro das Corporações foi forçado a anular as medidas que ele próprio sancionara e que privavam os trabalhadores da Carris do Porto dos serviços médicos nos locais onde habitam.

«Como em 1962, valeu a pena lutar» — dizem os operários. Mas o problema capital dos trabalhadores da Carris, o do aumento de salários, não foi ainda resolvido. Eles encontram-se numa posição de inferioridade em relação aos seus colegas de Lisboa, cujos salários são muito mais elevados e que recentemente registaram um novo aumento em consequência da sua luta.

A administração dos serviços dos transportes colectivos do Porto pretende enganar os trabalhadores com

promessas. Mas a experiência ensinada aos operários da Carris do Porto que a luta é o único caminho que se pode levar ao aumento de salários. Aguardar de braços caídos não é atitude de luta. Esperar não é solução: Novas concentrações se impõem diante da administração e no sindicato. E com elas a mesma firmeza, coragem e unidade registadas em 1962 e nas últimas concentrações e manifestações.

A luta dos operários do Arsenal do Alfeite não resolveu os seus problemas fundamentais. O aumento de salário é insuficiente. A assistência médica é motivo de descontentamento e de reclamações.

Voltar à acção, voltar à luta organizada e colectiva é o caminho para novos sucessos.

Avante! Operários do Arsenal da Marinha e da Carris do Porto! Só pela luta se conquistam vitórias!

A POLÍTICA AGRÍCOLA DO GOVERNO ACENTUA A PROTECÇÃO AOS GRANDES AGRÁRIOS E CAPITALISTAS

O recente despacho do ministro da Economia sobre a reconversão agrária visa acelerar o processo de concentração da propriedade e de penetração capitalista na agricultura, através de um conjunto de medidas de carácter económico, financeiro e técnico, que o Estado fascista pretende levar a cabo.

O eixo da política fascista nos campos assenta sobre a defesa dos interesses dos grandes agrários e capitalistas. São eles que dirigem os vários organismos corporativos — Grémios, Federações, Juntas, Coo-

perativas —. São eles que controlam o mercado interno dos produtos agrícolas, ditam os preços, especulam com os géneros de primeira necessidade, arruinam os pequenos e médios camponeses e enriquecem vertiginosamente, pagando mal os artigos de amplo consumo e vendendo-os por preços elevados.

O governo de Salazar é o criador e orientador de uma tal política que está na base da grave crise que atinge a agricultura nacional.

(continua na pág. 2)

VIVA A FESTA DE «L'HUMANITÉ»

Nos dias 10 e 11 de Setembro realiza-se em Paris a maior festa popular de França — a festa anual do órgão central do Partido Comunista Francês, «L'HUMANITÉ». Meio milhão ou mais de pessoas ali se reúnem para vivificar o seu jornal preferido e por seu intermédio o grande partido do proletariado francês.

Esperamos que a festa de «L'HUMANITÉ» de 1966 seja ainda mais grandiosa do que as anteriores, no quadro do grande bosque de Vincennes, agora reconquistado, o que a confraternização leve a novos passos no caminho da unidade das esquerdas, com vista às próximas eleições legislativas.

Ao director de «L'HUMANITÉ», camarada Etienne Fajon, a todos os que ali trabalham, o «AVANTE!» apresenta as suas saudações e votos de prosperidade para maior glória do jornal de Jaurès, Coulurier, Cachin e Thorez.

Viva a festa de «L'Humanité»!

O estabelecimento de uma ampla unidade

(continuação da pág. 1)

a realização de uma Conferência da Oposição continuam válidas e são neste momento um meio concreto para um confronto amigável de ideias, para a elaboração de um programa comum de acção, para o reforço e alargamento da Unidade. A realização de uma tal Conferência desempenharia um importante papel no avanço da luta contra o fascismo.

Urge iniciar um tal diálogo, porque urge revigorar a luta democrática, a mobilização popular, as formas de organização e de acção que conduzam ao derrubamento da ditadura.

Sem a unidade das forças anti-fascistas, sob uma base sólida e duradoura, sem a intensificação da luta em vários planos, sem uma cooperação leal e sincera, não conduziremos a bom termo e a breve prazo a luta comum pela conquista da liberdade política, pela instauração da Democracia.

O P.C.P. trabalhará consequentemente para que se amplie e fortaleça a unidade, para que se organize e desenvolva a luta popular de massas, que farão estalar em pedaços a ditadura fascista.

RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Transmite diariamente, das 8 às 8,30 em 25 metros; das 20 às 20,30 e das 22,15 às 22,45 em 32 metros; e das 24,30 a 0,50 em 36, 40 e 43 metros. Aos domingos, emissão dedicada aos camponeses, das 13 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

A SELECÇÃO NACIONAL DE FUTEBOL E A GUERRA EM ÁFRICA

Datado de Londres, o presidente da Federação Portuguesa de Futebol enviou ao ministro da Educação, em nome da delegação ao Campeonato do mundo, um telegrama em que se dedicam os êxitos indiscutíveis da equipa nacional em Inglaterra, à guerra que o fascismo conduz em África.

No momento em que a equipa nacional é alvo de uma justificada simpatia do povo português e da admiração dos meios desportivos internacionais, sem distinção de países, os dirigentes salazaristas e os seus homens de fila na Federação Portuguesa de Futebol tentam chamar a si o resultado dos sucessos obtidos e ligá-los, sem reboços de vergonha, a uma guerra desonrosa.

Os êxitos alcançados nada devem ao governo de Salazar. Nada têm a ver com este. Que facilidades concede ao desporto nacional? Porquê todos os anos a volta a Portugal em bicicleta corre o risco de não se realizar por falta de verba? Por que é que os portugueses são batidos por larga margem nos encontros de atletismo com as terceiras categorias do atletismo francês? Por que é que não há ciclistas portugueses na «volta do futuro» em França? Por que é que nos jogos olímpicos, Portugal só aparece com meia dúzia de desportistas e em

A política agrícola do governo acentua a protecção aos grandes agrários e capitalistas

AS CARACTERÍSTICAS DO NOVO DESPACHO

(continuação da pág. 1)

O que são as medidas de reconversão agrícola?

São medidas destinadas a favorecer e concentração da propriedade agrícola e com esta o estabelecimento de novos processos de produção, não nos moldes da velha exploração do latifúndio, mas em bases capitalistas, que permitam um melhor usufruto dos produtos da terra e mais elevados lucros na exploração dos trabalhadores.

O plano de reconversão agrícola assenta sobre a mecanização da agricultura e sobre a introdução de processos técnicos modernos, que só os grandes agrários e capitalistas podem pôr em prática.

O plano de reconversão agrícola tem igualmente em vista um largo investimento de capitais dos grandes agrários e capitalistas para a transformação industrial dos produtos agrícolas, como se está fazendo no nordeste transmontano, no complexo industrial do CACHAÇO, em regiões do Ribatejo, como se projecta realizar em breve na região do DIVOR (Évora), como se está a fazer na baía do TÁMEGA, como se está pondo em prática noutras zonas do país.

Para favorecer os planos dos grandes senhores da terra, o governo fascista põe à disposição destes os serviços técnicos do ministério da Economia, apoia-os financeiramente, irá empreender novos planos de irrigação, procederá à avaliação das possibilidades do solo, determinará o tipo de culturas mais rendosas para que a agricultura se converta num manancial de fartos lucros para os monopólios nacionais e estrangeiros, à custa da intensificação da exploração dos operários agrícolas, do acréscimo da miséria, do roubo dos salários e das reduzidas conquistas sociais, alcançadas em anos de luta intensa.

EM QUE CONDIÇÕES SÃO COLOCADOS OS PEQUENOS E MÉDIOS CAMPONESES

«As dotações e apoios técnicos e financeiros — diz o despacho ministerial — NÃO SERÃO DADOS A TODOS QUANTOS SE EMPENHAM NA CULTURA DE CEREIAS, MAS APENAS ÀQUELES QUE A REALIZEM

geral mal classificados?

A guerra colonial, que ceifa vidas em plena juventude e consome verbas enormes, não é um incentivo às actividades desportivas nem um motivo de orgulho para os portugueses como o não é a política salazarista. É ela que está na origem da antipatia e do modo hostil com que o público recebeu em Inglaterra a selecção nacional, apesar desta sempre se ter distinguido pelo seu apuro e valor desportivo.

Os jogadores da selecção nacional serviram de instrumento a uma premeditada manobra do fascismo. Os seus nomes e o prestígio de que justamente gozam foram utilizados em favor de uma desacreditada política e de uma guerra criminosa.

Que os jogadores da selecção nacional, como os jogadores dos clubes que vão participar em várias provas internacionais, estejam atentos às manobras dos representantes salazaristas da Federação Portuguesa de Futebol. Que os admiradores desses atletas e desses clubes não se deixem arrastar, através do seu público e tão sentido gozozinho por vitórias alcançadas, para manifestações estudadas pelos salazaristas para vitoriar a negra reacção, a bestialidade guerreira e repressiva do regime salazarista, o governo que há 40 anos oprime o povo português!

EM DETERMINADAS CONDIÇÕES». E esses, acrescentamos nós, são os grandes agrários e capitalistas, que vêm beneficiando desde há muito do apoio do Estado. Os pequenos e médios camponeses serão compelidos a abandonar as suas culturas tradicionais, para cultivarem os produtos que mais interessam à actividade agrícola capitalista. A orgânica corporativa envolvida ainda mais nas suas malhas fomentando as chamadas «cooperativas», que sob a direcção das Federações dos Grêmios da Lavoura os tornará um simples apêndice da engrenagem poderosa, que os grandes senhores da terra estão instalando nos campos.

As medidas de EMPARCELAMENTO e PARCELAMENTO da propriedade, a prática da COLONIZAÇÃO INTERNA, o controlo da produção agrícola já não bastam aos grandes agrários e capitalistas e o governo fascista que os serve. Eles pretendem colocar toda a actividade agrícola sob o seu domínio, reforçar as suas posições económicas na agricultura, varrendo desta os pequenos e médios camponeses ou transformando-os que subsistirem em agentes da sua acção monopolista.

UMA ALIANÇA NECESSÁRIA UMA LUTA INDISPENSÁVEL

As medidas do governo fascista, quer se chamem de reconversão agrícola ou lomen qualquer outro nome, não podem servir os

interesses da agricultura nacional, porque servem os interesses dos grandes senhores da terra, contra os trabalhadores rurais, contra os pequenos e médios camponeses. Com os grandes senhores da terra nenhuma aliança é possível para salvar a agricultura da crise, para salvar os pequenos e médios camponeses da ruína e da miséria.

Em face das novas medidas do governo, em face dos novos perigos, só uma aliança é possível, só a luta é necessária. Aliança com a classe operária, com a pequena burguesia das cidades, com os intelectuais e a juventude. Luta indispensável contra o governo fascista, contra o poder dos monopólios e dos grandes senhores da terra, luta unida de todos os democratas e patriotas, para levarmos por diante uma verdadeira reforma agrícola que ponha termo à grande propriedade e ao poder dos monopólios, entregue a terra a quem a trabalha, proteja os interesses da população laboriosa dos campos, liberte os camponeses das cargas fiscais, da organização corporativa, do poder dos bancos, conceda aos pequenos agricultores o auxílio do Estado, em dinheiro, adubos e sementes, lhes forneça máquinas e ajuda técnica, tal como o preconiza o Programa do Partido Comunista Português, para a realização da revolução democrática e nacional.

Uma tal luta e um tal programa exigem uma participação cada vez mais activa dos camponeses na luta geral do povo e dos democratas contra o governo de Salazar.

A GUERRA COLONIAL é uma ameaça à paz mundial

Um novo acto agressivo dos colonialistas portugueses

Em fins de Julho, a República africana da Zâmbia depôs uma queixa contra Portugal, na ONU. Um avião das forças armadas coloniais bombardeou e destruiu a aldeia de Ichipatela.

Já em Junho deste ano, um outro avião português violou o espaço aéreo da República do Congo (Brazzaville). Em datas anteriores, aviões e forças do exército colonial, estacionadas em Angola, Guiné e Moçambique violaram repetidas vezes os territórios vizinhos e neles cometeram actos de provocação e de guerra. Em 1963, aviões portugueses destruíram completamente uma aldeia do Senegal. Posteriormente registaram-se novos actos de violação. Os países visados apresentaram queixa contra Portugal, no Conselho de Segurança da ONU.

Tais actos de agressão são insolentes e perigosos. Estão na origem de conflitos armados. Nas actuais condições da tensão internacional podem ser a causa próxima de uma guerra de proporções mundiais. De um tal perigo se dão conta os próprios dirigentes salazaristas. «Enquanto persistir a actual desorientação da vida do mundo — afirmou Salazar no seu discurso de 4 de Dezembro de 1962 — a guerra, essa guerra que sopita sob as cinzas, pode recomeçar em Angola ou algures.»

A nota do embaixador da Zâmbia, apresentada à ONU, assinala que as bombas que destruíram a aldeia de Ichipatela eram de fabrico inglês e americano. As armas com que são abatidos os patriotas angolanos, guineenses e moçambicanos pertencem à mesma origem ou são de fabrico alemão. É sobejamente conhecido que por detrás do governo fascista estão as grandes potências ocidentais. São elas que o apoiam internamente. São elas que sustentam com armas e dinheiro a sua criminosa guerra e a sua ver-

gonhosa política. As potências da NATO constituem o sistema defensivo do fascismo salazarista. Repetidas vezes Salazar tem feito apelo à sua intervenção directa no conflito colonial. Com a persistência de um colonialista enfurecido não desistiu dos seus intentos. Se o apelo não foi atendido, se a guerra colonial não se transformou ainda numa guerra mundial esse facto deve-se à luta do povo e dos democratas portugueses, ao glorioso combate que travam em África os povos coloniais oprimidos, deve-se à força dos países socialistas, das nações neutrais, do movimento de libertação e das forças da paz. Mas a ameaça de uma guerra mundial paira junto ao incêndio das batalhas que lavra em Angola, Guiné e Moçambique.

«O meu governo deseja tornar claro — escreve o representante da Zâmbia na ONU — que se Portugal não cessar imediatamente a sua política agressiva contra a República soberana da Zâmbia, será obrigado a adoptar firmes medidas defensivas para repelir os agressores.»

O fascismo não depois as armas. Não reconheceu aos povos coloniais o direito à independência. Não corrigiu as suas atitudes provocatórias e agressivas com as nações vizinhas das colónias portuguesas.

O governo fascista ligou os seus destinos aos dos governos racistas da Rodésia e da África do Sul. É a ponte que serve os tenebrosos designs dos imperialistas em África.

Como no Vietnam, a guerra colonial em Angola, Guiné e Moçambique pode transformar-se num conflito de proporções mundiais. Poderoso e brilhante motivo para se ampliar e reforçar a luta contra a guerra colonial e se eresse o momento em que os povos africanos oprimidos conheçam a hora da libertação, da independência total, pela intensificação da luta corajosa do povo português com a heroica luta dos povos coloniais.

REFORÇO DA LUTA POR AUMENTO DE SALÁRIOS

PROSSEGUE A LUTA DOS TRABALHADORES CAMARÁRIOS DO PORTO

Depois da manifestação de Junho, que o «AVANTE!» relatou no seu número anterior, os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto continuaram a luta e logo no dia seguinte à mesma hora repetiram a manifestação. Tiveram que se bater contra a PIDE e a PSP, chamadas pelo alemão Fritz, que dirige aqueles serviços. Os manifestantes foram apoiados por centenas de pessoas que se encontravam acidentalmente na praça Carlos Alberto. A PIDE efectuou 16 prisões. Apesar disso, no dia seguinte, um número considerável de mulheres e filhos de trabalhadores ali se concentraram.

O aumento de salários que os 1.250 operários das obras reclamam, assim como direitos iguais aos que são concedidos aos restantes 250 trabalhadores daqueles serviços, não foram ainda conquistados. Mas a firme disposição de luta dos operários

das obras, a sua organização e persistência hão-de conduzi-los à vitória. Novas concentrações devem ser feitas pelos trabalhadores e suas famílias. E se o aumento tardar devem ser encaradas outras formas de luta, como pequenas paralisações e a greve.

Este mesmo caminho devem seguir os trabalhadores dos outros serviços municipalizados, igualmente descontentes com o nível dos salários, quer sejam os trabalhadores dos transportes colectivos, das águas ou do saneamento, quer vivam no Porto ou noutras cidades. Em Coimbra e Azeiro os dirigentes da Câmara prometeram aumento de salários, mas os trabalhadores terão de lutar, para que as promessas se tornem realidade. Só a luta conduz à vitória. Só a organização dá a luta condições de vitória. Só a unidade e firmeza dos trabalhadores torna a vitória mais rápida e mais completa.

ELEVADOS LUCROS PARA OS CAPITALISTAS baixos salários para os trabalhadores

Lucros dos Bancos! A cifra sobel BANCO NACIONAL ULTRAMARINO — 94.479 contos em 1965; BANCO PINTO DE MAGALHÃES: — 5.671, em 1961, 12.833 em 1965; BANCO LISBOA & AÇORES: — 20.033 contos em 1964, 24.835 em 1965; BANCO PINTO & SOITO MAYOR: — 52.353, em 1965; BANCO DE ANGOLA: — capital, 275.000 contos, lucros 59.774 contos, e ano passado; BANCO BORGES & IRMÃO: — 44.535 contos de lucros em 1965; BANCO FORTUQUÊS DO ATLÂNTICO: — 30.914 contos de lucros em 1961, 52.829 contos em 1965. E soma e segue.

Ao mesmo tempo que aumentam espantosamente os seus lucros, o capital e as reservas, ao mesmo tempo que se intensificam a sua concentração, os bancos procuram atrair aos seus cofres as pequenas economias. Durante semanas a fio, surgem nos jornais anúncios do tamanho de uma página. Na Rádio e na TV multiplica-se a publicidade. O BANCO NACIONAL ULTRAMARINO afirma não pertencer a nenhum grupo (1), sendo o «Banco do povo ao serviço de Portugal». O BANCO PINTO DE MAGALHÃES intitula-se o «Banco da Mulher Portuguesa». O TOTTA ALIANÇA diz «dar à juventude o apoio de que necessita».

Os lucros que os monopólios acumulam pela exploração directa dos trabalhadores não lhes basta para a sua gula insaciável. Ao mesmo tempo que congelam os salários e reprimem violentamente a luta da classe operária por melhores salários, procuram hipocritamente induzir os trabalhadores a poupar, (poupar o quê? — perguntamos nós) para adquirir ações que não dão dividendos, para se «integrarem na empresa onde trabalham, para pertencerem à mesma «família» dos seus exploradores. Não fala o aristocrático Lumbrales da «grande família» da SACOR? Não utiliza a mesma linguagem o tubarão da CUF, Manuel de Melo?

Para reduzir o vigor reivindicativo dos trabalhadores e embolar a sua consciência de classe, os grandes capitalistas procuram criar entre a classe operária ideias da «democratização do capital».

O capital não se democratizou. Tornou-se mais refinado nas formas de exploração. Os interesses dos capitalistas e dos operários são opostos. A questão sobem os «lucros» dos trabalhadores? Que o digam os operários da indústria têxtil, ganhando salários de 24\$00 e 36\$00. Que o digam os metalúrgicos, recebendo salários de 30\$00 e 40\$00, os ferroviários, motoristas, mineiros, cerâmicos, chapeleiros e todos os outros.

Como governam uma casa de quatro filhos com 200\$00 escudos por semana? Quantos vestidos têm no guarda-roupa as mulheres operárias?

O administrador de um banco recebe por mês um ordenado superior ao salário envolto

um operário, sem contar com os lucros que aujere como accionista, ao fim de cada ano.

É cada vez mais evidente que o apregoado «desenvolvimento da economia nacional» significa crescimento contínuo do poder dos monopólios, lucros ascendentes dos grandes bancos à custa da prosperização da classe operária, da intensificação da sua exploração, dos baixos salários dos trabalhadores, da diminuição contínua do seu poder de compra.

A solução dos problemas da classe operária só pode resultar da sua total emancipação do jugo capitalista, da sua organização e persistente luta para derrubar o poder dos monopólios, para pôr fim à ditadura fascista.

REFORÇAÍ A ACÇÃO ferroviários de todo o país!

Novas delegações e concentrações no sindicato. Novas diligências junto do pessoal superior. Novas manifestações de trabalho reduzido em vários centros ferroviários. O descontentamento ao longo das linhas da C.P. não cessa de crescer. Entre outros, mostraram já publicamente o seu descontentamento os revisores de bilhetes de Lisboa-Rossio, os empregados das estações de Monte-Estrela, Alcântara-Terra, Trindade (Porto), Parede, o pessoal das oficinas e dos escritórios da zona de exploração do Barreiro, dos serviços centrais da divisão de material e tracção, dos senhores da divisão de tracção em Campanhã e da divisão da via e obras da C.P., ferroviários de Almacil, Faro, Loulé, Lagos, Boilquime, Albufeira, Torres Vedras, Trás-os-Montes, funcionários dos armazéns de viveros, das oficinas de motorizados de Campolide, da fiscalização das receitas, da contabilidade e Finanças, da secção de informações e das bilheteiras da do Rossio, etc..

Pressionada pelos trabalhadores, a direcção da União dos sindicatos ferroviários avistou-se recentemente

A LUTA DOS PORTUÁRIOS DE LISBOA deve estender-se a outros portos

A valente luta e greve dos portuários de Lisboa encheu de entusiasmo os trabalhadores de todo o país. Desde os operários aos empregados e até aos intelectuais, todos discutiram a lição de combatividade dada pelos carregadores e descarregadores de Lisboa. Os portuários de Leixões foram imediatamente os mais entusiastas a pretender seguir o exemplo, mas como o entusiasmo só não chega — é necessário organizar, unir, lutar, persistir — apenas se tem registado naquele porto uma certa lentidão na execução do trabalho.

Em Lisboa, porém, a luta continua. Os portuários estão contentes pela vitória alcançada. Mas também eles aprenderam a lição da sua luta e tiraram algumas conclusões: a necessidade de apresentação de um caderno reivindicativo, de uma comissão de unidade para dirigir a luta legal e de uma melhor organização que levasse a classe a uma maior pressão sobre a direcção do sindicato, capaz de lhes dificultar a vontade de aceitarem as condições dos patrões. Com efeito, estas condições já tinham sido rejeitadas pelos trabalhadores da estiva numa assembleia geral do seu sindicato, em que os dirigentes deste até foram apupados por terem sugerido a aceitação do contrato proposto pelo grémio.

O contrato assinado é um contrato provisório. Em Dezembro deste ano deve ser assinado o contrato definitivo. É necessário aproveitar este facto para fazer inscrever no novo contrato as reivindicações dos portuários que não foram até agora satisfeitas. Cabe a todo o pessoal que

trabalha no cais criar a sua comissão de unidade, torná-la uma comissão activa pelo apoio e estímulo de todos. Cabe aos portuários organizarem-se, discutirem as suas reivindicações, reunirem-nas num caderno reivindicativo e apresentarem-no às autoridades. Depois, trabalhar para a realização de novas assembleias sindicais, forçar o patronato à inclusão das reivindicações dos portuários no contrato definitivo. E se mais uma vez os patrões e o governo que os defendem não os quiserem ouvir, os portuários de Lisboa já sabem qual o caminho a seguir: TRABALHO LENTO, GREVE. E acima de tudo UNIDADE — unidade contra as falcatruas, contra a demagogia, contra a provocação, contra os vendidos e divisionistas. Esse foi o caminho que os levou à grande vitória de Junho, esse é o caminho que alargará aquela vitória.

O mesmo caminho deve ser seguido pelos portuários de VIANA, LEIXÕES, PORTO, AVEIRO, FIGUEIRA DA FOZ, SETÚBAL, PORTIMÃO, VILA REAL DE SANTO ANTONIO! A miséria é a mesma. Os que não pagam o suficiente são os mesmos. Se os portuários de todo o país desencadearem ao mesmo tempo a luta por aumento dos salários, um novo golpe será dado ao patronato e a vitória dos trabalhadores será mais fácil, mais rápida e mais segura.

O agravamento do custo de vida

(continuação da pág. 1)

Que benefício colhem os 153 mil funcionários públicos, a quem o governo fascista concedeu aumentos de 20 por cento, que na linguagem do ministro das finanças correspondem a um acréscimo do mesmo tipo no custo de vida, tendo por base o ano de 1958? E em que consiste esse aumento, no momento em que o Estado cria o novo imposto de 7 a 20 por cento?

Mas não é apenas o imposto sobre o valor das transacções que aflige os trabalhadores. É o crescente aumento, diariamente registado, sobre os produtos mais necessários à existência. Agosto marca um novo salto na corrida vertiginosa dos preços. Aumentos no bacalhau, no arroz, leite, fruta, batatas, feijão e outros artigos. Há mais de dois anos que os MOTORISTAS insistem no aumento dos salários, que permanecem os mesmos, enquanto o custo de vida não cessa de subir.

Há seis anos que o contrato colectivo do trabalho dos METALÚRGICOS foi assinado, o que significa que durante este período os salários se conservaram ao nível estabelecido em 1960. Não deve este numeroso e combativo sector da classe operária reforçar a luta por um novo contrato colectivo, por um novo aumento de salários?

AS OPERÁRIAS E OPERÁRIOS CONSERVEIROS continuam a aguardar que os industriais e autoridades fascistas renovem o contrato e aumentem os salários. Mas não podem esperar que dirigentes dos sindicatos vendidos ao patronato vão resolver os problemas dos 20 mil trabalhadores das conservas. Ombro com ombro, os operários e operárias têm de dar um novo impulso à luta, para arrancarem ao patronato e às autoridades fascistas a satisfação das suas necessidades mais prementes, que devem ser inscritas no novo contrato colectivo.

O aumento incessante do custo de vida determina a LUTA DOS OPERÁRIOS DOS TABACOS, DOS EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO DO SUL, DOS PROFESSORES DO ENSINO PARTICULAR, DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA HOTELEIRA, DAS ENFERMEIRAS DOS HOSPITAIS CIVIS, DOS TRABALHADORES DOS TELEFONES.

Luta que exige organização, concentrações de massas, melhor entrelaçamento à escala local, regional e nacional.

Luta que exige que os trabalhadores elevem a sua combatividade e unidade, que passem do abaixo-assinado à concentração, ao trabalho reduzido, às pequenas paralisações, à greve.

Luta que exige que os trabalhadores ganhem consciência da sua força, se preparem para uma luta activa e de tipo superior, para que os seus salários sejam aumentados, para que as suas reivindicações mais prementes sejam satisfeitas, para que cesse o aumento do custo de vida, de que é responsável o Estado fascista, ao serviço dos monopólios.

te com o ministro das Comunicações. O que disse sua Excelência? Denunciou o desafio económico em que vivem os accionistas da C.P.? Confessou que as receitas desta companhia se elevaram, em 1965, a perto de um milhão de contos, a mais alta soma até agora alcançada? Não! Como defensor dos monopólios desculpu os senhores da C.P. E prometeu para breve o anúncio da revisão dos vencimentos dos ferroviários.

Estai em guarda, trabalhadores da C.P. Não adormeçais sobre promessas dos dirigentes fascistas. Não confieis nas soluções que vos querem apresentar. Exigi que as normas do novo contrato sejam discutidas pelos ferroviários antes de este ser assinado. Promovei amplas concentrações no sindicato junto da administração, para tomardes conhecimento da situação, para pressionar as direcções sindicais e o pessoal superior, para quebrar as manobras de adiamento, de desgaste, de intimidação dos tubarões da C.P. e das autoridades fascistas. Reforçai os contactos e as ligações ao longo das linhas ferroviárias. Criai comissões de unidade. Continuai a luta,

José Rolim
e Albertina Diogo
foram libertados

AS VITÓRIAS CONSEGUIDAS devem incentivar e ampliar

A luta pela Amnistia

O esforço colectivo do povo português e dos patriotas de várias correntes políticas de Portugal e do estrangeiro, forçaram, muito recentemente, as autoridades fascistas a devolver à liberdade JOSÉ ROLIM, gravemente enfermo e ALBERTINA DIOGO, arbitrariamente detida no abrigo das «medidas de segurança».

São êxitos importantes, que mostram como é possível arrancar ao fascismo os presos políticos, mesmo antes de se conseguir a desejada Amnistia. Estes êxitos devem servir de incentivo ao prosseguimento e intensificação da luta pela libertação de outros presos.

Não vamos deixar que Sofia Ferreira, gravemente doente, esgote a sua abalada saúde na sombria fortaleza de Caxias.

Não vamos consentir que José Vitoriano, submetido aos rigores das «medidas de segurança», permaneça indefinidamente na prisão, após mais de 13 anos consecutivos de cárcere.

Dos países mais diversos e dos continentes mais distantes erguem-se vozes de protesto, em escala crescente, para reclamar que sejam devolvidos à liberdade dirigentes queridos da classe operária e do povo português, como Joaquim Pires Jorge, Blaquii Teixeira, Dias Lourenço, Oclávio Pato, Américo de Sousa, José Magro e Carlos Costa.

Das Universidades e das fábricas chegam telegramas de protesto contra a aplicação das «medidas de segurança» e as longas detenções de Carlos Aboim Inglês, Carlos Brito, José Bernardino, Jorge Araújo, Saldanha Sanches, que se tornaram ídolos não sómente da nossa juventude, mas de jovens de muitos países.

Para as nossas mulheres, encar-

ceradas e submetidas a penas de prisão jamais aplicadas em Portugal, se estendem os braços de incontável número de mulheres, irmãs de muitas raças e amigas de inúmeros países, que exigem a libertação de Sofia Ferreira, Maria Alda Nogueira, Fernanda Tomás, Albina Fernandes, Natália David, Colélia Fernandes e de outras presas políticas.

As «medidas de segurança», como a «prisão indeterminada», agora anunciada pelo ministro da Justiça, Antunes Varela visam o mesmo sinistro objectivo: a condenação à prisão perpétua, que leva à liquidação gradual da saúde. Vítima destes métodos odientes, José Carlos, tocado pela tuberculose, teve de ser internado no hospital de S. João de Deus, como o foram anteriormente, com enfermidades graves, Agostinho Saboga,

António Santo e José Megro. Carecem de hospitalização imediata Afonso Gregório, que sofre de perturbações nervosas e Augusto Lindoço, com um grave esgotamento físico e que há muito concluiu a condenação.

A força da solidariedade é poderosa e invencível e tanto mais válida e eficiente quanto mais ampla é, quanto mais insistente se torna.

Cerca de 2 mil assinaturas do Apelo para a Amnistia, subscrito por muitas das mais destacadas figuras da intelectualidade portuguesa, foram enviadas ao presidente da República. Muitos outros milhares de assinaturas devem juntar-se a estas, muitas outras acções de protesto em Portugal e no estrangeiro devem chegar às autoridades portuguesas, exigindo a amnistia e a libertação imediata dos presos em perigo de vida.

O POVO IRMÃO DO URUGUAI ergue a sua voz solidária

Representantes da Central dos Trabalhadores, dos Sindicatos, partidos e movimentos políticos, Sociais, Femininos, Juvenis e Camponês, abarcando cerca de 30 organizações de massas, concentraram-se diante da embaixada de Portugal para fazer entrega de um documento reclamando a abolição das «medidas de segurança», amnistia, cessação da guerra colonial e da repressão.

A II Convenção Nacional das Mulheres do Uruguai, representando centenas de milhares de mulheres, enviou um telegrama ao ministro da Justiça, exigindo a libertação de Sofia Ferreira.

A União das Mulheres Portugue-

sas do Uruguai dirigiu um apelo à Juventude da América Latina para que intensifique a luta contra a repressão aos estudantes portugueses e no dia 1º de Maio enviou uma expressiva mensagem aos trabalhadores de Portugal.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL à luta dos estudantes portugueses

Além das manifestações de solidariedade aos jovens universitários, a propósito do Dia do Estudante, a que fizemos referência em número anterior do «Avante!», novos actos, igualmente representativos, tiveram lugar noutros países.

A REVOLTA DOS MARINHEIROS EXPRESSION DA solidariedade Ibérica

As forças da reacção sempre trabalharão para dividir os povos irmãos de Portugal e Espanha. As forças revolucionárias de libertação trabalharão para os unir cada vez mais.

A 8 de Setembro de 1936, a menos de dois meses do início da sublevação fascista espanhola, os marinheiros portugueses de 3 navios da guerra, «AFONSO DE ALBUQUERQUES», «DÃO» e «BARTOLOMEU DIAS», revoltaram-se no Tejo. A ajuda descarada do salazarismo à sublevação fascista em Espanha, o povo português opunha a sua solidariedade na luta com heróicos combatentes do Guadarrama, das Astúrias, das Vascongadas, da Catalunha. Os marinheiros portugueses baixam-se de armas na mão para ajudar a vitória do povo espanhol. Derrubar Salazar não significava apenas varrer a ditadura fascista em Portugal, mas liquidar também uma perigosa relaguarda donde partiam mantimentos, armas e homens para os sublevados franquistas. A revolta dos marinheiros foi um acto de internacionalismo activo, de fraternidade de combate de grande projecção política. O fascismo salazarista rapinou a revolta da maneira mais brutal, liquidou, já depois de ter terminado a luta, vários marinheiros, feriu muitos, condenou a penas de 20 anos de cárcere, passados no sinistro campo de concentração do Terrefil, dezenas de outros.

Nas várias frentes de batalha, embro com o povo português, os combatentes da Espanha, bateram-se e morreram muitos filhos do povo português.

A solidariedade de combate, a luta comum não cessou com o triunfo de franquismo. O domínio das ditaduras de Salazar e Franco voltaram a reforçar a solidariedade dos dois povos e das suas forças políticas mais representativas, no grande combate pela vitória da Democracia, pela libertação de Portugal e de Espanha.

O Partido Comunista da Espanha e o Partido Comunista Português cerram fileiras, como o comprova o recente encontro entre delegações dos dois partidos, para reforçar essa solidariedade tão necessária à vitória dos nossos povos e ao triunfo da causa comum.

Os países socialistas, reunidos em Bucareste em Julho passado, traçaram novos rumos à defesa da paz, vibraram gélidos corchos nos fomentadores de guerras, nos círculos dirigentes dos Estados Unidos e da Alemanha Federal.

Enquanto os imperialistas americanos se empenham em semear a morte e a destruição sobre o Vietnam heróico utilizando os meios mais brutais de agressão, os países socialistas exigem que se ponha termo a essa guerra selvática para que a paz e a independência sejam reconquistadas, reforçam a sua ajuda ao povo vietnamita — incluindo o envio de voluntários, caso o Vietnam o peça —, pondo de sobreaviso os Estados Unidos quanto às dramáticas consequências que podem resultar para toda a Humanidade, da sua criminoso política no sudeste asiático.

A crise da NATO, ao mesmo tempo que acentuou as contradições entre os principais pólos imperialistas, comprovou igualmente o papel dos Estados Unidos e da Alemanha Federal no clima da guerra fria e da divisão da Europa.

A Conferência de Bucareste pôs em evidência os perigos que

propuseram a realização de uma Conferência dos países europeus para a discussão dos problemas da segurança da Europa e da colaboração pacífica entre as diferentes nações que constituem este continente.

Sentinelas da paz, os países socialistas não afrouxam a sua vigilância nem a defesa das suas fronteiras. São conquistas revolucionárias da Humanidade progressiva e do povo trabalhador que não podem ficar ao alcance dos imperialistas.

Fieis à sua política de paz e de coexistência pacífica, os países socialistas reunidos em Bucareste propuseram igualmente a dissolução simultânea das alianças militares da NATO e do Pacto de Varsóvia, como meio de aliviar a tensão internacional e de contribuir para o estabelecimento de um verdadeiro sistema de segurança europeia.

O governo fascista de Salazar é membro cívico da NATO e concede aos imperialistas alemães e americanos bases militares em território nacional, dispende verbas enormes com a criação e manutenção das bases da NATO, procede à construção de

Crónica internacional

A Conferência de Bucareste

advém para a paz mundial em resultado da política de Bonn, da acção dos círculos militaristas alemães que sonham com as fronteiras do tempo de Hitler e encontram nos Estados Unidos o apoio e a colaboração indispensáveis à consumação dos seus planos de reconquista e à cruzada anti-soviética.

A Conferência de Bucareste opôs à política de divisão e de desforra dos círculos imperialistas, uma consequente política de paz.

As propostas dos países socialistas, formuladas na Declaração da Conferência de Bucareste, destinam-se à prática de uma política de boas relações, de respeito mútuo, de não ingerência nos assuntos internos de cada país, à realização de uma política de coexistência pacífica na Europa entre nações com regimes sociais diferentes, ao desenvolvimento de relações económicas, políticas e culturais, ao sílvio da tensão militar, retirada das tropas estrangeiras, proibição de vôos de aviões carregados de armas atómicas sobre o território de outros países, recusa de fornecimento à Alemanha Federal da arma nuclear sob qualquer forma, reconhecimento das actuais fronteiras da Europa e de existência dos dois Estados alemães, reunificação pacífica da Alemanha, criação de uma zona desnuclearizada na Europa.

Para tornar efectiva a sua política de paz, os Estados socialistas

um sistema militar na PENÍNSULA DE SETÚBAL, no qual está incluído o dispositivo que vai do MARCO DO GRILLO à CHARNECA DA CAPARICA e S. JOÃO DA CAPARICA onde se armazena armamento da NATO e que está sujeito à inspecção dos altos comandos daquela organização militar.

O governo de Salazar apoia sem reservas os actos agressivos dos Estados Unidos e a política revanchista da Alemanha Ocidental, pela sua função de forças de choque da reacção mundial.

As resoluções da Conferência de Bucareste vêm ao encontro das mais profundas aspirações de paz dos povos do mundo e são uma poderosa contribuição para solucionar os problemas que preocupam particularmente as nações da Europa.

As propostas formuladas pelos mais categorizados representantes dos países socialistas não podem deixar indiferentes o povo e os democratas portugueses. Elas correspondem aos legítimos interesses de uma nação que quer viver em paz, numa Europa unida, sem a ameaça que pesa sobre ela em resultado da política belicista do governo de Salazar, dos seus compromissos e alianças com os círculos imperialistas mais reacçãoários, da sua política de guerra em África.

A UNIÃO DA JUVENTUDE CECOSLOVACA realizou um comício na Faculdade de Medicina de Praga, em que participaram representantes da UNIÃO INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES, secção Estudantil da JUVENTUDE CECOSLOVACA, das JUVENTUDES AFRICANAS, das colónias portuguesas e dos estudantes de Portugal.

Usando da palavra, o representante das Juventudes africanas afirmou: «Os nossos povos, na luta contra as forças colonialistas em África, sob a direcção do MPLA, do PAIGC e da FRELIMO nunca confundem o povo português com o fascismo e o colonialismo; provas concretas são os exemplos dos soldados portugueses que desertam e os quais encontram nos nossos guerrilheiros toda a espécie de apoio.»

Na REPÚBLICA POPULAR DA POLÓNIA teve igualmente lugar um comício de solidariedade no dia 24 de Março, em que usaram da palavra representantes da JUVENTUDE POLACA, DOS ESTUDANTES DO MÉXICO, VENEZUELA e PORTUGAL.

Em Maio passado, reuniu-se em PARIS o SECRETARIADO DOS ENCONTROS DOS ESTUDANTES PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO, com o objectivo de reforçar a unidade e a acção dos núcleos de estudantes no estrangeiro e as ligações com as organizações internacionais estudantis: — U.I.E. e C.I.E. — para uma melhor colaboração mútua, alargamento da solidariedade aos estudantes portugueses e edição de um boletim em língua francesa, para divulgação das actividades e lutas estudantis em Portugal.

Com este número sai um suplemento de rubricas no valor de 57.384\$60. Por isso, o número anterior do «Avante!» faz referência a um total de 95.260\$80, em vez de 37.876\$20.